



VIRTUAJUS

Revista de Graduação da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas

APRESENTAÇÃO - *VirtuaJus*. v. 8, n. 14. 2023

Tema do dossiê atual:

“Para uma crítica da violência”: Walter Benjamin 100 anos depois



Käthe Kollwitz - Mütter. 1919

Magda Guadalupe dos Santos*
Cintia Garabini Lages**

* Em nome da Comissão de Política Editorial *Virtuajus*. Professora de Filosofia da PUC Minas e da FaE. UEMG. Doutora em Direito. Pesquisadora de Filosofia, Gênero e Teorias Feministas. E-mail: magda.santos@uemg.br

** Professora da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas e da Universidade de Itaúna. Doutora em Direito. Coordenadora em exercício do Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas. E-mail: cintiagarabini@pucminas.br

A abertura desta apresentação, com a litografia de Käthe Kollwitz, não é acidental. As obras desta artista alemã, que retratam o início do século XX, repercutem nas teorias estéticas sobre a guerra e a violência, especialmente sobre a necessidade de combate à miséria em prol da dignidade do ser humano, por uma vida mais justa para os povos em geral. Käthe Kollwitz (1867-1945) vivencia o mesmo cenário de violência e de falta de reconhecimento dos direitos humanos que Walter Benjamin (1892-1940), o qual dedicou a sua vida a repensar o sentido da politização da arte e o lugar do sujeito humano diante do poder, que, na verdade, sempre funcionou por meio de manifestações espetaculares, transformando meios técnicos em cenários de substituição do prazer estético.

Contudo, Benjamin deixava inquieta a mente humana, na medida em que vasculhava a compreensão de certa política da arte como forma de reconhecer o seu potencial de aguçamento das sensibilidades, como algo possível de ser imaginado para além do que se supõe saber. A arte é o que nos faz poder ainda sentir algum impacto diante da liberdade frente ao mundo, da aceitação ou recusa do desconhecido, com abertura às diferenças, como algo mágico que se abre diante de nós. Benjamin trabalha a delicada passagem da violência ao poder, explorando as conotações do termo (*die*) *Gewalt*, para realçar os efeitos da violência sobre a lei e sobre o poder. O *Langenscheidt Wörterbuch* registra vários sentidos desse substantivo feminino, que vão de força, violência, força autoritária, dominação, veemência e poder a impacto judicial, o que destaca os contrastes da autoridade pela implicação dos usos entre violência e poder legítimo. Nessa esteira, também o filósofo Jacques Derrida põe em questão a distinção entre a força da lei de um poder legítimo e a violência pretensamente originária, necessária para instituir a autoridade (Derrida, *Força de Lei*, 2007, p 10). Se não há autoridade anterior à lei, só mesmo a lei ou a força de lei para instaurar o justo e o injusto, cujos signos não poderiam afirmar-se arbitrários. De fato, a violência, do poder mágico da estética ao poder despótico do arbítrio político, tem fascinado o cenário filosófico e jurídico.

Repensar continuamente o tema da violência sob uma perspectiva crítica equivale a reconhecer o seu lugar no cenário ético-cultural da contemporaneidade. Käthe Kollwitz, na litografia, trabalha o sentimento das mães diante da perda de seus filhos como algo tão intenso que nenhuma palavra poderia medir a extensão e profundidade do sofrimento. Sua arte nos remete ao que somos hoje diante do horror que sentimos da solidão, mas também da recusa das diferenças; diante da dor da perda das lembranças vividas, mas também da intransigência em

face da frivolidade que marca a ganância pelo poder, da parte dos órgãos mais importantes do Estado até os organismos mais sublimes da vida privada.

No mundo do Direito, já que estamos na Faculdade de Direito da PUC Minas, que alberga a revista *Virtuajus*, hoje reconhecida como B1 pela CAPES, sempre em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores do mundo inteiro, a violência é um tema deveras importante e cruel.

A violência atravessa o Direito, sobretudo pelo uso simbólico da Constituição e das leis em um contexto de hiperlegislação e de alterações recorrentes do texto constitucional. Esse movimento promove a ruptura do princípio de igual consideração e respeito, fundamento de uma sociedade democrática. A violência coloniza o Direito por meio do uso simbólico dos seus instrumentos normativos, que perdem a capacidade de determinar a forma de atuação do Estado, bem como a conduta ou a expectativa de conduta dos indivíduos. A falta do reconhecimento recíproco pelos sujeitos de direito, de igual respeito e mesma consideração, é o pano de fundo de uma sociedade politicamente dividida, que utiliza os direitos humanos, sobretudo o da liberdade de expressão, como meio de atacar as instituições democráticas.

A Filosofia de Walter Benjamin sabe trabalhar em profundidade as variações interpretativas acerca da violência e para além dela. Contudo, não se pode descurar o dever de enfrentamento do Direito do cenário de violência atual.

No presente volume, a Revista *Virtuajus* da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, acolhe com alegria o dossiê organizado pelas Professoras Carla Rodrigues e Isabela Pinho do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A confiança e generosidade das colegas da UFRJ e de autores pesquisadores do dossiê, sobre a filosofia política de Walter Benjamin, muito nos honra na escolha da revista *Virtuajus* da FMD-PUC Minas para publicar artigos tão relevantes e expressivos do cenário filosófico, jurídico e político da atualidade.

Como será apresentado pelas Professoras organizadoras do dossiê, conta-se aqui com um volume de qualidade ímpar. Assim, no dossiê temático, encontram-se, inicialmente, o

Editorial: Para outras críticas da violência, escrito pelas organizadoras deste dossiê, Carla Rodrigues e Isabela Pinho; a **Tradução: Notas para um trabalho sobre a categoria de justiça**, escrito de Walter Benjamin traduzido por Maykson Mardônio Cardoso de Sousa; a **Tradução: Projeto de violência perpétua**, artigo do autor francês Marc de Launay traduzido por Isabela Pinho; e os artigos **Poder como violência, violência como poder**: soberania, estado de exceção e colonialidade, de Alécia Cruz Bretas; **Experimentum linguae**: da língua pura à

violência pura, de Andityas Moura Soares Matos e Jailane Devaroop Pereira Matos; **Reine Gewalt**: apontamentos para uma ética dos meios puros, de Caio Paz e Ana Carolina Martins; **O messianismo do Moisés de Freud**: um ajuste de contas a partir de Walter Benjamin, escrito por Alessandra Affortunati Martins; **Teorias do luto, filosofia da história**: sobre o estatuto da tragédia no pensamento de Walter Benjamin, por Beatriz Zampieri Espíndola; **Na encruzilhada entre messianismo e revolução**: a violência divina em Walter Benjamin, de Guilherme Sam-Sin de Souza; e **Poder e violência nos pensamentos de Hannah Arendt e Walter Benjamin**, por Luciano Gomes Brazil.

Na seção Temática Livre, que compõe este volume, encontram-se os artigos **Aspectos biojurídicos da eutanásia em animais infectados com leishmaniose visceral canina (lvc)**: saúde pública e bem-estar animal, de Maria de Fátima Freire de Sá, Ana Flávia Pereira de Almeida Costa e Pedro Augusto Freire de Sá Pontes; **Certificado da justiça tipo “ISO” para redução da litigância habitual** de Vicente de Paula Maciel Junior e Rubens Goyatá Campante; **O tributo e a reforma tributária à luz da doutrina social da Igreja** por Marciano Seabra de Godoi; **Perspectivas e desafios da mediação on-line enquanto política pública de acesso à justiça após o período pandêmico no Brasil**, de Helena Schwantes e Fabiana Marion Spengler; **A igualdade de oportunidades da pessoa com deficiência**: uma visão da justiça distributiva a partir da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, de Washington Luiz Ferreira Dias Lopes; **A exigência de requisitos supralegais para a progressão especial de regime**: uma análise de julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de Expedito Evaristo Alves Netto; **O valor ético-jurídico do prontuário médico**: pressupostos de construção e limites ao acesso, de Caio Lage, Matheus Alexandrino Nascimento e Rafael Verdival; e **"Mineirinho" e a necropolítica estatal** de Rivaldo Frias dos Santos Júnior.

Na seção Discentes e Egressos que encerra o presente volume, encontram-se os artigos **Pornografia e desigualdade de gênero**: uma análise ético-jurídica, de Bárbara Fonseca Caporali; **Racismo estrutural e sub-representação negra na política brasileira**, de Lucas Aparecido de Jesus Pinheiro; **Um estudo comparativo das rupturas e continuidades na concepção de justiça em Humano demasiado humano e Genealogia da moral**, de Samuel Procópio Menezes de Oliveira; **A realidade da mediação empresarial e a sua baixa adesão nas relações corporativas nos pequenos e médios centros urbanos**, de Emanuel Vítor das Mercês Souza, Edmilson Junior Alves; **O punitivismo no âmbito da fase de plenário do procedimento do júri em relação aos crimes de homicídio conexos ao tráfico de entorpecentes** de Rafael Santos Dumont Barata; **Afinal, a vacinação foi uma forma de**

efetivação do princípio da dignidade humana? de Rebecca de Moura Caldas; **Por uma constituição da terra:** a garantia de direitos fundamentais para além dos limites da cidadania e o papel da educação, de Laura Góes Junqueira; e **O processo de liquefação identitária à luz de Zygmunt Bauman** por Mariana Cardoso Penido dos Santos, Angelis Lopes Briseno de Souza.

Um volume escrito a várias mãos, com amizade para além da violência.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.** Tradução de Francisco De Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei.** Do Direito à Justiça. Tradução de Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PERTOCI, Sylvie. **Käthe Kollwitz und die Lebensreform.** 2018. Disponível em: <https://kaethekollwitz.org/2018/11/21/kathe-kollwitz-und-die-lebensreform/>